

O PAPEL DA ESCOLA INCLUSIVA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA CRIANÇA VÍTIMA DE UM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

Jéssica Fernanda Aparecida Bernardes¹
Auriston Magalhães Vitor²

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO: O artigo proposto tem por enfoque compreender a atuação de uma escola do ensino regular no processo inclusivo de uma criança com deficiência auditiva, seqüela esta, advinda de um acidente vascular cerebral. É respaldado ao longo do artigo as principais medidas que devem ser tomadas para que a escola atue de uma forma qualificada para o processo de inclusão, sendo destacado o respeito pela diversidade e o direito de uma educação emancipatória que contribua para o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos. Durante a observação do estágio, utilizou-se a metodologia de abordagem qualitativa, com caráter descritivo, observação e análise de relatórios, para dessa forma, compreender o processo de desenvolvimento da aluna dentro da escola. Ademais, a instituição demonstrou ter uma gestão de equipe qualificada e que em sua prática, objetiva o acesso inclusivo capacitado para as crianças, trabalhando em prol do bem-estar dos alunos. Todos esses aspectos e seus desdobramentos foram apresentados ao longo deste discurso.

PALAVRAS-CHAVE: escola; educação inclusiva; psicologia.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) define Acidente Vascular Cerebral (AVC) como uma condição na qual as artérias que fornecem sangue ao cérebro são bloqueadas ou rompidas, resultando em alterações no fluxo sanguíneo e na morte de algumas células nervosas (ARES, 2003, citado por ANGELI e GELATTI, 2019), podendo dessa forma, prejudicar a cognição, o planejamento motor e produzir déficits neurológicos (MARQUES *et al.*, 2019).

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Psicologia da Univértix-Centro Universitário

² Bacharel em Psicologia – Univale. Mestre em Ciências da Religião – PUC. Professor da Univértix Centro Universitário - Matipó

Além de acometer os adultos na maioria dos casos, os acidentes vasculares cerebrais também podem acontecer na infância, o que segundo a Organização Mundial da Saúde corresponde aos casos ocorridos em menores de 18 anos. Nota-se, que o AVC em crianças é considerado raro, com incidência estimada de 2,5 a 13 por cada 100.000 nascidos vivos (CHIANG *et al.*, 2018). O AVC infantil pode produzir muitas comorbidades, como sequelas comportamentais, cognitivas e motoras (LO *et al.*, 2011; BERNARD; GOLDENBERG, 2010; BÉJOT *et al.*, 2012, citado por BEZERRA, 2018).

Em suas análises, os autores Augusto e Ciasca (2015) concluíram que crianças e adolescentes que passam por um quadro de AVC tendem a apresentar alterações em áreas importantes da aprendizagem e do desenvolvimento, como as habilidades visuomotoras e as visuoespaciais. Marques (2020) também detalha sequelas proprioceptivas, deficiência sensorial, afasia, déficits cognitivos e mentais, afetamento na marcha e no equilíbrio, perda de força muscular, perda auditiva, entre outros.

Dentro dessa ótica, considerando essa síntese e o fato de que toda criança e todo jovem tem direito "à educação, cultura, esporte e lazer", conforme indica o Código da Criança e do Adolescente, e como assegura a Lei nº13.146 de 6 de Julho de 2015 no qual se refere a Inclusão da Pessoa com Deficiência, colocando em pauta as disposições que devem garantir a igualdade, o exercício dos direitos e a inclusão social, o destaque deste artigo estará voltado para o processo de inclusão, o compromisso e o trabalho que é desempenhado pela equipe escolar para com pessoas deficientes, ressaltando o papel que uma escola pode ofertar no meio social, sendo esta, um espaço intelectual fértil para o conhecimento, o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar por meio de um estágio básico, um estudo de caso de uma criança de oito anos, com deficiência auditiva e física, sequelas estas advindas do acidente vascular cerebral infantil. Essa análise foi realizada dentro do âmbito escolar e possui por intenção, compreender o

Anais do FAVE – Fórum Acadêmico da Univértix, Matipó, v.1, setembro, 2022.

processo de inclusão e quais as condições de aprendizagem e alternativas pedagógicas que são estabelecidas no trabalho com essa aluna, analisando o respectivo progresso desde quando entrou na escola, através dos relatórios pedagógicos, até o atual momento, por meio da observação feita no campo de estágio. Sendo o AVC considerado um problema de saúde pública (MARQUES *et al.*, 2019), que atinge milhares de pessoas em todo o mundo, trabalhos como estes são importantes para trazer ao conhecimento o papel que uma instituição escolar pode desempenhar sobre a vida de pessoas com deficiência, considerando as diversas estratégias que este espaço possui para um respectivo avanço da melhoria das comorbidades, do desenvolvimento físico e mental, das capacidades e potencialidades, no oferecimento de interação e nos respectivos benefícios que estes podem agregar à vida destes sujeitos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O AVC é dividido em dois tipos, isquêmico (quando um vaso sanguíneo é bloqueado) e hemorrágico (quando um vaso sanguíneo se rompe), a doença é uma das dez principais causas de morte em indivíduos entre 5 e 24 anos, nessa perspectiva, o AVC isquêmico é o que causa maior morbidade em crianças (RANZAN, MARCHEZAN, 2020). Segundo Cecatto (2012), citado por Angeli e Gelatti (2019), dentre essas doenças que podem ser causadas por acidente vascular cerebral, vale destacar: Hipotonia, paralisia, plegias, espasticidade, rigidez, tremor, atetose, distonia, alterações no movimento e controle do tronco, contraturas, alterações na sensibilidade, afasia, apraxia, alterações na percepção, memória, atenção, comportamento.

Nesse viés, compreendendo que o AVC gera determinadas sequelas que podem comprometer as mais diversas áreas da vida de um sujeito (ANGELI & GELATTI, 2019) Ihe configurando condições de deficiência, torna-se necessário

pensar no acesso desses indivíduos ao meio social, em específico, dentro do contexto escolar.

Os sistemas educativos devem ter como meta, o alcance da educação inclusiva. Dessa forma, o sistema inclusivo, a princípio, coloca o direito à educação, como um direito essencial, que é pautado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948). Em suma, a educação inclusiva, por sua vez, visa apoiar a aprendizagem e a participação, através de processos que abarquem toda a diversidade que os alunos apresentam (UNESCO, 2009).

Pensar na educação inclusiva implica ressaltar os alicerces que a compõem, sendo estes, em tese, a dimensão ética, que se insere em princípios e valores pelos quais se baseia, as dimensões da implementação de ações educativas por meio de programas abrangentes nas escolas e comunidades, e aquelas que envolvem as estratégias educativas que são elaboradas dentro da escola. Denota-se que tais dimensões devem ser asseguradas para que se alcance o sistema de inclusão (ONU, 1948, 1959,2006; UNESCO, 2009, citado por CRESPO *et al.*, 2018).

Ademais, na visão de Battisttela (2011) uma educação inclusiva de qualidade com seu respectivo ensino capacitador, possibilita um preparo desses sujeitos para suas vidas adultas. Sobre essa mesma perspectiva os autores Glat e Fernandes (2005 citado por FERREIRA *et al.*, 2020,p.16) vão dizer que “além da integração ao processo escolar é preciso oferecer maiores e melhores condições à própria adaptação social, de forma a vencer as dificuldades e destruir barreiras”.

Torna-se necessário trazer em pauta que o processo de validação dos direitos das pessoas com deficiência e do respectivo acesso, advém de uma luta histórica e de uma série de reivindicações, que teve por resultado o direito ao desenvolvimento, que através do asseguramento de leis, coloca a instituição de ensino, a responsabilidade de realizar um trabalho qualificado que promova a aprendizagem desses indivíduos e que contribua para um melhor desenvolvimento, através da interação social e de estratégias de ensino (BISTAFFA *et al.*, 2021). Dessa forma, a legislação brasileira assegura a inclusão do aluno com deficiência no

ensino regular, compreendendo o quão importante é o convívio social para estes indivíduos (Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015). Essa importância da socialização também é ressaltada por Michels e Welter (2014, citado por FERREIRA *et al.*, 2020) que discute sobre a questão da escola oferecer um espaço interativo, de forma a objetivar a garantia da inclusão e oferecer oportunidades de atividades que contribuem para esse processo, promovendo uma melhoria no ensino e desenvolvimento às pessoas com deficiência.

Todavia, segundo Flores (2018), esse processo de inclusão ao ensino básico ainda apresenta falhas, e o que se mostra mais notório é o despreparo dos professores na desenvoltura desse processo de ensino para pessoas deficientes, o que acaba por presenciar apenas um cumprimento legislativo, enquanto o principal, que neste caso é o desenvolvimento e a aprendizagem, continuam sendo comprometidos.

Segundo Bistaffa *et al.*, (2021, p.11), o despreparo dos docentes nesse processo de ensino para alunos com deficiência “deve-se ao fato de uma formação deficitária, fato que faz com que professores se sintam impedidos e impossibilitados de inserirem-se nesse campo de atuação”. Dentro desse viés, ainda sobre a perspectiva desses autores, destaca-se que é necessário a formação não somente de professores, mas também, de toda a equipe técnica da escola inclusiva, onde que para que isso ocorra torna-se necessário que haja uma mudança na gestão do espaço, pois compreende-se que a inclusão se efetiva na participação colaborativa da escola e da comunidade, como uma rede de apoio.

Um serviço importante que pode auxiliar as instituições nesse processo de inclusão é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que configura o desenvolvimento de recursos instrucionais para promover maior acessibilidade e atuar nas dificuldades de participação enfrentadas pelos alunos com deficiência, para tal, é necessário que o serviço se manifeste dentro do próprio projeto político pedagógico da escola (ROPOLI *et al.*, 2010, citado por BISTAFFA, 2021). Tal serviço, pode ser ofertado em uma sala de recursos, que se insere dentro da própria

instituição, e que será dirigido ao público-alvo, sendo este, entendido pelo Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, como “pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011, ONLINE).

De acordo com Mendes, Figueredo *et al.*, (2015, citado por FERREIRA *et al.*, 2020), a inclusão precisa abarcar a diversidade de cada aluno, contemplando suas singularidades, e oferecendo um conhecimento condizente com tal diversidade. Nessa perspectiva, é fundamental compreender as demandas de cada aluno, para que assim, os professores possam oferecer uma gama de possibilidades para o aprendizado, fazendo com que o exercício destes profissionais esteja imbricado no compromisso de lutar pela garantia dos direitos desses sujeitos dentro do ensino e pelo seu desenvolvimento (VEIGA, 2008, citado, FERREIRA *et al.*, 2020).

Dentro de uma perspectiva sociointeracionista destaca-se que o educador em seu exercício, deve possibilitar o processo de interação e da brincadeira, fatores estes que muito contribuem no processo de aprendizagem (VEIGA, 2008, p.178), já que de acordo com Brasil 1998:

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais (BRASIL, 1998, p. 22).

Além disso, Veiga (2008) também pontua que é preciso que haja uma aliança entre escola e família, para que ambos estejam em uma relação dialógica na construção de melhorias para esse processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência. Logo, cabe à escola promover espaços para participação dos pais no processo de ensino dos seus filhos, onde que a colaboração de tal relação mútua está diretamente relacionada ao sucesso escolar de suas crianças (PEREIRA, et al, 2018).

Por fim, ressalta-se algumas medidas importantes que se faz necessário tanto no contexto escolar como no exercício de profissão dos educadores para com o processo de aprendizagem de crianças com deficiência (OLIVEIRA, 2002; MANTOAN, 2001; citado por VEIGA, 2008):

- Realizar uma revisão dos aspectos que consolidam o processo de atuação, a fim de analisar os resultados, para que se necessário, seja adotado um plano de mediação e estimulação mais adequado para um maior avanço significativo;

- É preciso que seja ofertado mais oportunidades que estejam condizentes com a diversidade dos alunos, repensando dessa forma, novos espaços que reduzam as barreiras e permita a exploração das crianças sobre eles;

- Deve-se considerar as particularidades de cada criança, para que assim haja um auxílio efetivo de metas para o seu desenvolvimento abarcando toda a sua diversidade;

- Torna-se necessário crescer junto com às diferenças, nesse viés, é preciso promover a socialização de forma diversificada, com o intuito de lhe resultar uma interação pautada no respeito e contribuição ao respectivo processo de desenvolvimento;

- Elaborar um acolhimento de forma natural, que promova aprendizado e novos meios de comunicação e outros canais;

- Observar dentro da realidade as crianças, sem fazer comparações com as outras, considerando o esforço empregado por cada uma, suas atuações como sujeitos de conhecimento em sua competência e participação e do respectivo nível que atingem com esses fatores;

- Revisar o plano pedagógico da instituição de ensino, procurando elaborar uma proposta abrangente que englobe todos os alunos com suas respectivas individualidades e características, planos abertos à diversidade;

- Ampliar a rede de apoio, conferindo uma identidade social e cultural aos planos de ensino, através da participação da comunidade no processo de construção e desenvolvimento deles.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que na compreensão de JACOB (1987); JORDAN (2018); citado por GONZÁLEZ (2020), envolve uma:

Gama de perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas utilizadas no planejamento, condução e avaliação de estudos, indagações ou investigações interessadas em descrever, interpretar, compreender, entender ou superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, eles têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo (GONZÁLEZ, p.156, 2020).

Nesse sentido, na abordagem qualitativa o fenômeno estudado é algo que advém de um interesse investigativo sobre um fator social ou educacional.

TIPO DE COLETA DE DADOS

Este estudo, advém do Estágio Básico Supervisionado II em Educação, disciplina do curso de Psicologia da Univértix Centro Universitário. O mesmo possui como método a coleta de dados a partir da mesclagem entre observação e estudo de caso. A observação, “é a ação de olhar com atenção os fenômenos para os descrever, estudar, explicar. O processo de observação começa pelo olhar e requer um ato de atenção” (ARPINI, 2018, p.247).

Já o estudo de caso na concepção de Gomes (2010, p.141):

Em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos.

TIPO DE ANÁLISE DE DADOS

A análise foi do tipo descritiva, no qual o objetivo “essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas

gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação...” (TRIVIÑOS,1987, p.10). Dessa forma, uma análise descritiva requer do investigador uma diversidade de informações sobre aquele fenômeno que se pretende investigar.

AMOSTRA LOCAL DA PESQUISA

A prática do estágio ocorreu em uma escola municipal de uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira, que se localiza em uma Bairro com alguns comércios e muitas casas. A observação foi realizada no mês de março, abril, maio e junho de 2022, totalizando 30 horas em 7 dias. A instituição possui uma equipe técnica no período vespertino formada por uma diretora; uma psicóloga; uma psicopedagoga; uma supervisora; vinte e três professores; um bibliotecário; duas monitoras; quatro pessoas responsáveis pela cozinha; três pessoas responsáveis pela limpeza; um porteiro e duzentos e vinte e quatro alunos. Já a sua infraestrutura é composta por uma secretaria; uma sala de professores; uma diretoria; uma biblioteca; três pátios; um refeitório com cozinha; seis banheiros no total; treze salas, sendo uma no térreo, seis no andar de cima do prédio da frente (Bloco 1), e seis no andar de cima do prédio de trás (Bloco 2); uma sala de reunião; uma sala da psicóloga; uma sala da psicopedagoga; uma sala de recursos para pessoas com deficiência, com dois banheiros; uma quadra com dois banheiros, três depósitos. Em sua entrada possui um jardim, uma escada e duas rampas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio teve como foco a observação da aluna Gabriela (nome fictício), uma criança de 8 anos que possui sequelas advindas de um AVC infantil. Nesse viés, o intuito é justamente compreender o seu respectivo desenvolvimento no ambiente escolar, tendo como base a análise dos relatórios pedagógicos realizados até o atual momento e a observação em campo.

Em primeira instância, destaca-se que no laudo médico de 2018, foi confirmado que Gabriela teve paralisia cerebral, que resultou em surdez e, sofreu de uma paralisia infantil, que desenvolveu alguns danos ao lado esquerdo de seu corpo. O início da sua trajetória escolar é marcada por uma extrema dificuldade no processo de aprendizagem e a sua fala ainda estava atrasada devido à surdez.

É detalhado nos relatórios que Gabriela apresentava dificuldade com o conteúdo básico da aula, devido a sua agitação não conseguia se envolver em atividades que exigiam concentração mínima, destaca-se ainda que em relação a sua locomoção, Gabriela tendo a condição da deficiência física, têm apresentado impasses no seu processo de movimentação. Para minimizar essa barreira, a criança participa de atividades lúdicas promovidas pela escola, como circuitos, brinquedos e jogos, que são desenvolvidos de acordo com as suas necessidades.

Dentro dessa perspectiva, é ressaltado também no relatório que a bota ortopédica seria necessária para melhorar o seu movimento, mas que aluna não faz mais o uso desta, pois, à medida que cresceu, a bota já não mais comporta o seu pé, o que causa uma dificuldade no processo de evolução do seu movimentar. O indicado seria que Gabriela tivesse um acompanhamento do ortopedista e de um fisioterapeuta.

Já em relação à higiene, Gabriela precisa de atenção especial para com seus cuidados corporais e odontológicos. E no que diz respeito aos termos de desenvolvimento global, ela tem baixo índice de equilíbrio motor e apresenta uma dificuldade na capacidade de aplicar conceitos espaciais e de lateralidade em seu próprio corpo.

Salienta-se que graças à sua participação nas atividades escolares, Gabriela tem manifestado melhorias significativas tanto física quanto intelectualmente, desta forma, o relatório pontua que é de grande importância que haja um acompanhamento social destinado a dar suporte às suas dificuldades, e uma professora de Libras. A aluna foi encaminhada para o AEE para melhorar seu desempenho escolar. Dentro dessa ótica, em relação ao acompanhamento, Gabriela

sempre teve monitora, e a professora da sala de recursos sabe falar Libras. Atualmente, durante o estágio, a monitora relatou que está fazendo um curso na área de Libras também.

O último relatório de 2019, antes da pandemia, discutiu sobre as últimas observações de Gabriela, constatando que a aluna começou a reconhecer seu nome em libras, mostrou uma evolução da coordenação motora grossa e fina, adquiriu a aprendizagem do pareamento de cores e a identificação de figuras geométricas. Além dos desenvolvimentos acima, a criança também aprendeu a controlar as funções fisiológicas, bem como a solicitar o uso do banheiro. Ademais, notavelmente, Gabriela mostrou foco em momentos interativos, como em contação de histórias e jogos guiados.

Além disso, ela agora pode reconhecer as expressões faciais da monitora e da professora e respectivamente entender os comandos dos profissionais que a auxiliam. Atualmente, a aluna não faz mais fisioterapia e apresenta movimentos físicos mais avançados, sendo observados momentos em que ela corre, sobe escadas, dança e brinca com outras crianças.

A própria escola relata que “o ambiente escolar é propício e essencial para o crescimento da criança, pois proporciona alimentação saudável e nutritiva, além de proporcionar espaço para habilidades que contribuem para o processo evolutivo e de desenvolvimento da aluna”. Gabriela já consegue se alimentar sozinha, sabe colorir, pintar, recortar, e atualmente, além do nome, sabe pedir para ir ao banheiro e beber água em libras. Para mais, o processo de interação com outras crianças mostrou-se eficaz, Gabriela tem procurado se aproximar das outras crianças, que por sua vez, sempre voltam sua atenção para a aluna e a levam para brincar e dançar na hora do recreio.

Já na sala de aula, os alunos demonstram um cuidado muito singelo com ela, emprestando seus brinquedos, ajudando-a a apontar o lápis e em outras atividades, bate palmas quando ela consegue realizar algo e utilizam de alguns gestos no processo de comunicação com a aluna, ressalta-se também que Gabriela parece ser

uma menina muito carinhosa, adora se vestir bem para ir para a escola e demonstra grande interesse em estar com outras crianças.

Todavia, Gabriela ainda não desenvolveu sua fala, ela consegue emitir alguns sons, mas por não estar usando o aparelho auditivo, ela ainda apresenta um comprometimento na fala. Relata-se que a criança tentou usar o aparelho, mas que não conseguiu se adaptar. Cabe destacar ainda, que a família e a escola mantêm uma relação de comunicação e diálogo entre pares.

Um acompanhamento que tem apresentado grandes resultados na vida de Gabriela é com a professora do AEE, na sala de recursos, a aluna duas vezes por semana tem esse momento junta com a professora e sua monitora.

No entanto, apesar de todo o desenvolvimento, a aluna ainda precisa de acompanhamento dedicado, visando às melhorias pessoais e educacionais destinadas a ajudá-la, que lhe auxilie na redução das barreiras por ela enfrentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da educação inclusiva como fonte promotora do acesso de pessoas com deficiências ao ensino regular, salienta-se que para que essa inclusão se torna realmente efetiva, é desejável e necessário que as pessoas revisem seus conceitos, deixe de lado seus julgamentos e opiniões que contribuem para a desigualdade e o preconceito e estabeleça novos pensamentos que estejam frente ao combate dos paradigmas tradicionais excludentes.

Sendo assim, esse trabalho é de grande relevância pois reafirma os benefícios da inclusão para o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, devendo ser compreendida como um direito. Cabe pontuar que é necessário que os professores se empenhem na busca de um aprimoramento de sua formação, que neste caso, passe a ser contínua e especializada. Ademais, para que dessa forma eles possam estar mais aptos no exercício de sua profissão a oferecer um ensino capacitador e de qualidade, que abarque a diversidade dos alunos e de seus

respectivos processos e ritmos de aprendizagem. Além disso, para que dessa forma, estes profissionais possam atribuir melhorias à vida desses sujeitos, lhe gerando benefícios ao desenvolvimento de suas potencialidades em uma temática de respeito, de compromisso e de aliança junto com toda a equipe escolar, com os pais e com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ANGELI, A.A.C.; GELATTI, M.D. Um corpo: cartografando trajetórias de vida de sujeitos com sequelas de acidente vascular cerebral. São Paulo: **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/8RjWrBSPfskK3HwbmL7sLtp/?lang=pt> Acesso em: 12 abr. 2022.

ARPINI, D.M.; ZANATTA, E.; PARABONI, P.; RODRIGUES, P.M.; MARCHESAN, R.Q. Observação e escuta: recursos metodológicos de investigação em psicologia no âmbito da saúde materno-infantil. **Contextos Clínicos**, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2018.112.09/60746304>. Acesso em: 11 abr. 2022.

AUGUSTO J.A.; OLIVEIRA e CIASCA, S.M. Avaliação da memória em crianças e adolescentes com histórico de acidente vascular cerebral e crianças com queixas de dificuldades escolares. **Rev. Psicopedagogia**. v.1, n1, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/urlsa=t&source=web&rct=j&url=http://www.revistapsicopedagogia.com.br/exportarpdf/39/v32n98a03.pdf&ved=2ahUKEwjblPeo43AhUvHbkGHbKYCG4QFnoECAQ>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BATTISTELLA, L.R. **Conceito de deficiência segundo a convenção da ONU e os critérios da CIF**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf&ved=2ahUKEwjsit2pj43AhVmK7kGHcLqD7QQFnoECAMQAQ&usq=AOvVaw0Z0Zdo7SLZFhzCVHggWOVN>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BEZERRA, F.; CAMPOS, D.; CARBONERO, F.C.; GONÇALVES, J.S. Efeitos da fisioterapia no acidente vascular cerebral na infância: uma revisão baseada em evidência. São Paulo: **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. v. 18, n. 1, p.105, 2018. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php%3Fscript%3Dsci_abstract%26pid%3DS151903072018000100007%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso&ved=2ahUKEwis9oLNm4_3AhXrlbkGHd85ABAQFnoECAUQAQ&usg=AOvVaw07pmcgo3zhH2s9t7ZWNQ26. Acesso em :08 abr. 2022.

BISTAFFA, A. V. D., JORGE, V.A.; VEDOVATO, M.S. A perspectiva da inclusão na escola de ensino regular e o retrocesso. São Paulo: **Simpósio Internacional De Educação E Comunicação**, 2021. Acesso em: https://www.google.com/urlsa=t&source=web&rct=j&url=https://eventos.set.edu.br/sieduc/article/view/14762&ved=2ahUKEwjA2Z7Fj4_3AhXYGbkGHW2rBoQFnoECA YQAQ&usg=AOvVaw3_1qqmHFJb8uSkRR5FL7p5. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1998. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf&ved=2ahUKEwiQzpXdj4_3AhXbHrkGHeGzCFIQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw3n2aVPV0ZBvUtwqQcunBqE. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **O atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: https://www.google.com/urlsa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2011/decreto/d7611.htm%23::~:~:text=%3D2%25C2%25BA%2520A%2520educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520especial%2520deve,e%2520altas%2520habilidades%2520ou%2520superdota%25C3%25A7%25C3%25A3o.&ved=2ahUKEwjrzP6j4_3AhUtLLkGHTEsAV8QFnoECAQQBQ&usg=AOvVaw2Na3d6gkjl86A_6NqEoGiE. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

CRESPO, A., *et al.* **PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA -Manual de Apoio à Prática**. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), FPCEUP - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/125857>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CHIANG, K.L.; CHENG, C.Y. Epidemiology, risk factors and characteristics of pediatric stroke: a nationwide population-based study. **QJM: An International Journal of Medicine**, v. 111, n. 7, 2018. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/Epidemiology%2C-risk-factors-and-characteristics-of-a-KI-Cy/663afb4f3bc7f9ef1d0a75867de115f48945217>. Acesso: 12 abr. 2022.

FERREIRA, J.F.; GOMES, F.F.; MAGALHÃES, S.R.S.; MENDES, R.M.; SOUZA, J.A. a dinâmica da inclusão de alunos com deficiência auditiva em escolas do ensino regular: 6º ao 9º ano. Canoas/RS: **REVISTA CIPPUS – UNILASALLE**, v.8, 2020. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/viewFile/6483/pdf&ved=2ahUKEwiE05q5jo_3AhWrGb_k_GHYiTDPYQFnoECBEQAQ&usg=AOvVaw0AOoYuKIF86swkcQWa9lbQ. Acesso em: 08.Abr.2022.

FLORES, A. S. **Gestão escolar e educação inclusiva: articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino regular**. São José do Rio Preto: UNESP, 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157289/flores_as_me_sjrp.pdf%3Fsequence%3D5%26isAlloved%3Dy&ved=2ahUKEwjR2P7_jo_3AhXAlbkGHflvAKYQFnoECAYQAQ&usg=AOvVaw3U4zyh9A6lbC46XxC-Ywy3. Acesso em: 12 abr. 2022.

GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%2520de%2520Pesquisa%2520em%2520Economia/Textos%2520de%2520apoio/GIL,%2520Antonio%2520Carlos%2520%2520Como%2520elaborar%2520projetos%2520de%2520pesquisa.pdf&ved=2ahUKEwiYYXcjo_3AhWVGbkGHcIFBZqQFnoECC0QAQ&usg=AOvVaw1mmUXf0Ej_X1Y_4wkZVYPx. Acesso em: 11 abr. 2022.

GONZÁLEZ, F.E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. São Paulo: **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.8, n.17, 2020. Disponível em: https://www.google.com/urlsa=t&source=web&rct=j&url=https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322&ved=2ahUKEwi_qcvJkl_3AhUIGLkGHegBdMQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw2OkBPYGBQwiBjpmI80NqOE. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARQUES, J.C.; SILVA, F.A.R.; *et al.* Perfil de pacientes com sequelas de acidente vascular cerebral internados em um centro de reabilitação. **Acta Fisiatr**.v.26, n.3, p.144-148. 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.revistas.usp.br/actafisiatr/article/view/168160&ved=2ahUKEwjDo4rBmY_3AhVcLLkGHcHuCgQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw2K9NL3diyVcSJOc8FSXRUA. Acesso em: 08 abr.2022.

RIBEIRO, M.V.L.M. Doença Cerebrovascular na Infância e Adolescência. Capítulo 6: Vivências em Fatores de Risco no AVC por RANZAN, J.; MARCHEZAN, J. **Thieme Revinter**, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=uWD4DwAAQBAJ&dq=.+Chiang+KL,+Cheng+CY.+Epidemiology,+risk+factors+and+characteristics+of+pediatric+stroke:+a+natio+nwide+populationbased+study.+QJM:+An+International+Journal+of+Medicine,+v.+11,+n.+7,+p.+445454,+2018&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s. Acesso em: 11 abr.2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/TrivinosIntroducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 11 abr.2022.

VEIGA, M. M. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Revista Paidéia, 2008. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/924/698>. Acesso em: 12 abr. 2022.